



Conselho  
Regional de  
**PSICOLOGIA SP**

# PSI

nº 188 • Julho | Agosto | Setembro • 2016

# PSICOLOGIA

**TUDO DIA,  
EM TODO LUGAR  
POR UMA SOCIEDADE  
DEMOCRÁTICA E IGUALITÁRIA**

**DESAFIOS E CONQUISTAS DA GESTÃO 2013-2016**

**8** MUNDO MELHOR  
CRP-SP na defesa  
de direitos

**14** QUESTÕES ÉTICAS  
Sistema Conselhos adota  
a mediação para lidar com  
conflitos

**22** HISTÓRIA E MEMÓRIA  
CRP-SP lança documentários  
sobre psicologia, gênero e raça

**APRESENTAÇÃO: BALANÇO DA GESTÃO**

Completado o ciclo de 2013 a 2016 em que essa gestão esteve à frente do CRP-SP, a matéria apresenta um breve balanço, que é desenvolvido ao longo de todo o jornal.

**ORIENTAÇÃO | NOTAS TÉCNICAS**

O que são e quais foram os temas abordados nas notas técnicas que orientaram a categoria no último triênio.

**MUNDO MELHOR | DEFESA DE DIREITOS**

As campanhas dos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e de Direitos Humanos no enfrentamento à violência de Estado.

**PERSPECTIVA DO USUÁRIO | CARTILHAS POPULARES**

Com o diferencial da participação ativa dos envolvidos nas temáticas abordadas, foram publicadas cartilhas populares sobre drogas e sobre educação.

**QUESTÕES ÉTICAS | MEDIAÇÃO**

Apostando numa lógica não punitiva para lidar com conflitos, o Sistema Conselhos prepara a mediação como forma de conduzir processos éticos.

**CAPA | PSICOLOGIA TODO DIA, EM TODO LUGAR**

Com centenas de vídeos e 20 caravanas que percorreram o estado, o projeto *Psicologia todo dia, em todo lugar* deu nome ao principal lema da gestão 2013-2016.

**SUBSEDES | DESCENTRALIZAÇÃO**

Os êxitos e os desafios das medidas que visam capilarizar as reflexões e ações do CRP-SP por todo o estado de São Paulo.

**HISTÓRIA E MEMÓRIA | GÊNERO E RAÇA**

O CRP-SP lança dois documentários de média-metragem sobre as relações raciais e de gênero na história da psicologia.

**INSTITUCIONAL | TRANSPARÊNCIA**

Com atas, documentos e contas abertas, é lançado o Portal da Transparência do CRP-SP.

**PSICOLOGIA E COTIDIANO | COMPROMISSO SOCIAL**

A partir das notas publicadas e das instâncias que o CRP-SP esteve presente, a matéria abarca os principais temas da sociedade sobre os quais o Conselho tem se posicionado.

**PENALIDADES ÉTICAS****ESTANTE | PUBLICAÇÕES DO CRP-SP**

Confira os mais recentes cadernos temáticos lançados pelo Conselho, bem como as novas publicações.

4

6

8

12

14

16

20

22

25

26

29

30

**psi**

Publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP-SP, 6ª Região

**Diretoria****Presidenta** | Elisa Zaneratto Rosa**Vice-presidenta** | Adriana Eiko Matsumoto**Secretário** | José Agnaldo Gomes**Tesoureiro** | Guilherme Luz Fenerich**Conselheiros**

Alacir Villa Valle Cruces, Aristeu Bertelli da Silva, Bruno Simões Gonçalves, Camila de Freitas Teodoro, Dario Henrique Teófilo Schezzi, Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Camara, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Ilana Mountian, Janaína Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Livia Gonsalves Toledo, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria das Graças Mazarin de Araujo, Maria Ermínia Ciliberti, Marília Capponi, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Regiane Aparecida Piva, Sandra Elena Spósito, Sergio Augusto Garcia Junior, Silvío Yasui

**Realização****Jornalista responsável** Gabriela Moncau (MTB 0069610 SP)**Reportagens e Edição** Gabriela Moncau**Direção de arte** Sergio Rossi**Capa** | Arte Sergio Rossi | Foto: Divulgação CRP-SP**Revisão** CRP-SP**Impressão** Rettec Artes Gráficas**Tiragem** 92.000 exemplares**Sede CRP-SP**

Rua Arruda Alvím, 89, Jardim América

Cep 05410-020 São Paulo SP

Tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

**E-mails****Atendimento** | atendimento@crpsp.org.br**Diretoria** | direcao@crpsp.org.br**Informações** | info@crpsp.org.br**Centro de Orientação** | orientacao@crpsp.org.br**Administração** | admin@crpsp.org.br**Comunicação** | comunicacao@crpsp.org.br**Site**

www.crpsp.org.br

**Subsedes CRP-SP****Assis** | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932**Baixada Santista e Vale do Ribeira**

tel. (13) 3235-2324, 3235-2441

**Bauru** | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020**Campinas** | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516**Grande ABC** | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847**Ribeirão Preto** | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658**São José do Rio Preto** | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047**Sorocaba** | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370**Vale do Paraíba e Litoral Norte** |

tel. (12) 3631-1315

# Uma gestão todos os dias, EM TODOS OS LUGARES, POR UMA SOCIEDADE MAIS DEMOCRÁTICA E IGUALITÁRIA

Com muita satisfação o XIV plenário, que compôs a gestão do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo entre setembro de 2013 e agosto de 2016, despede-se do trabalho à frente da entidade. Satisfação pela certeza de ter contribuído para a construção e a qualificação da profissão a partir das necessidades configuradas por esse momento histórico. Satisfação por ter mantido o compromisso de colocar a Psicologia a serviço de uma sociedade mais democrática e igualitária. Satisfação por ter realizado um trabalho repleto de parcerias e a muitas mãos, com ampla participação de profissionais colaboradoras/es, entidades e associações, movimentos sociais e trabalhadores de outras profissões. Satisfação pela convicção da ética e do rigor que nos orientou na gestão com o caráter público do CRP-SP. Satisfação pelo compromisso, ao lado de parceiros de várias regiões do Brasil, com a sustentação do projeto de uma Psicologia crítica e da democratização do Sistema Conselhos.

Podemos dizer que, passados três anos, o CRP-SP avançou no processo de implantação de uma gestão descentralizada e regionalizada para favorecer respostas à profissão em diálogo com as necessidades locais, tão diversas em todo o estado, incentivando o protagonismo da categoria e dos usuários da Psicologia. Podemos reconhecer que o CRP-SP permaneceu como referência no cotidiano profissional das/os psicólogas/os, através da produção de referências técnicas que respeitam a diversidade da Psicologia, porque construídas em diálogo com a categoria, por meio de muitos debates orientados para a contribuição da profissão à sociedade com foco nas lutas sociais por igualdade e democracia. Ampliou o reconhecimento da sociedade e dos movimentos sociais em relação à Psicologia, que a demandam em busca da diversidade de serviços, modalidades e cuidados por ela ofertados. Marcou posicionamento intransigente por políti-

cas públicas de Estado orientadas para a garantia de direitos sociais e Direitos Humanos, em diálogo permanente com a categoria, demais entidades da Psicologia, movimentos sociais e populares e com toda a sociedade. Finalmente, o CRP-SP colaborou com o processo de democratização do Sistema Conselhos de Psicologia, na medida em que ampliou mecanismos de comunicação, de transparência e de participação da categoria e da sociedade na entidade.

O momento que o país vive quando encerramos a gestão, contudo, aponta para tempos difíceis e repletos de desafios. A Psicologia precisará manter-se firme no compromisso e na defesa dos direitos duramente conquistados ao longo da história brasileira, para garantir no horizonte uma realidade em que seja possível a ampliação do acesso da população aos serviços que contribuem para uma vida digna. Momento em que as ameaças e retrocessos dessas conquistas se intensificam e exigem que nós utilizemos todo o acúmulo do percurso que nos tornou uma profissão reconhecida pela luta por um mundo melhor a serviço da resistência. As/os psicólogas/os de São Paulo, por meio de seus posicionamentos e formas de participação, têm mostrado que serão firmes e combatentes nessa trajetória.

Ao nos despedirmos, agradecemos pela confiança no projeto que levamos adiante e pela parceria de todas/os que contribuíram para que ele se traduzisse em realidade. Ao mesmo tempo, desejamos à gestão que se inicia a coragem para garantir a continuidade dos princípios que têm possibilitado a produção permanente de uma Psicologia comprometida com um mundo melhor e para produzir as inovações necessárias aos desafios que agora se apresentam.

**XIV Plenário do Conselho Regional  
de Psicologia de São Paulo**



# O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO NESSE TRIÊNIO

## Acertos e dificuldades da gestão que esteve à frente do CRP-SP entre 2013 e 2016

Um atribulado cenário político nacional e importantes posicionamentos e ações da psicologia marcam a gestão do CRP-SP de 2013 a 2016. Os cinco eixos do planejamento estratégico – gestão descentralizada e regionalizada; produção de diretrizes e referências técnicas; reconhecimento da psicologia pela sociedade; defesa das políticas públicas e democratização e transparência da gestão – foram os princípios norteadores que atravessaram as ações feitas pelo Conselho nesse período. Destacando os êxitos e desafios ainda a serem superados, essa edição do *Jornal Psi* traz um balanço da gestão que se encerra nesse ciclo, apresentando o registro e as reflexões das ações prioritárias que marcaram o Conselho nesse triênio.

Elisa Zaneratto, presidente do CRP-SP durante essa gestão, destaca o esforço para que as ações estivessem sempre transversalizadas por esses cinco eixos do planejamento estratégico. “Ao produzir referências, tivemos a preocupação de fazer isso de forma regionalizada, em diálogo com as/os psicólogas/os e usuários dos serviços e atentos às demandas dos movimentos sociais. Ao lançar a campanha do ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente] estávamos pautados pela defesa da política pública, mas também preocupados com a comunicação e com a descentralização dos eventos”, ilustra.

Quais são os lugares para os quais precisamos levar a psicologia? Quais os lugares que precisamos qualifi-

car a psicologia para uma atuação a serviço da democracia e da igualdade? Quais experiências já fazem isso e que podem contribuir para nossa reflexão? A partir de perguntas como essas se desenvolveram as ações marcadas pelo lema da gestão (que deu nome ao seu principal projeto): *Psicologia todo dia, em todo lugar - por uma sociedade democrática e igualitária*. “Acredito que fizemos uma gestão potente no sentido de cuidar de diferentes assuntos, em muitos espaços. Falamos sobre a chacina de Osasco, sobre a ameaça à democracia, sobre o projeto Escola Sem Partido, sobre o Estatuto da Família”, recorda Elisa. “Nos manifestamos a respeito de tudo o que faz uma relação com espaços de inserção das/os psicólogas/os ou com uma dimensão subjetiva da realidade”, resume.

“Só pudemos fazer isso porque aglutinamos muitas pessoas e coletivos, trabalhando em diferentes pautas. Acho que esse foi um êxito da gestão e permitiu que o Conselho crescesse, tanto do ponto de



Fotos: Arquivo CRP-SP

vista da qualificação a respeito de temas e posicionamentos, quanto em número de eventos, debates e no alcance da categoria”, salienta Zaneratto.

Na parte da comunicação, foram elaboradas 12 edições (impressas e virtuais) do *Jornal Psi* e enviados quatro boletins periodicamente a todas/os psicólogas/os, além de um novo site e identidade visual do Conselho. Foram feitos 63 boletins digitais estaduais, 451 mensagens eletrônicas enviadas pelas sub-sedes e aproximadamente 90 transmissões online de eventos – disponíveis no canal do CRP-SP do youtube. De setembro de 2013 até agora são 83 mil novos seguidores no facebook.

### Maior COREP SP da história

O 9º Congresso Regional da Psicologia de São Paulo (9º COREP), que aconteceu de 29 de abril a 1º de maio, foi o que reuniu o maior número de pessoas desde que começou a ser realizado. Foram 234 psicólogas/os e 24 estudantes eleitas/os delegados durante os Pré-Congressos, além de quatro convidados, no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo. Durante os três dias de evento, foram aprovadas 132 propostas regionais e 30 propostas estaduais.

“O congresso em si é uma espécie de ponta do iceberg”, considera Gustavo Sales, coordenador da sub-sede de Campinas. “Houve muito trabalho anterior na sede, nas sub-sedes, um número expressivo de eventos preparatórios e Pré-Congressos, então acho que esse COREP nos fez sentir efetivamente o resultado da bandeira de regionalização”, opina. Foram realizados 159 eventos preparatórios e 32 Pré-Congressos. Juntos, estes eventos mobilizaram quase 5 mil psicólogas/os e estudantes em todo o estado.

### Desafios

“Acredito que enfrentamos um cenário complexo do ponto de vista da necessidade de nos articularmos dentro do Sistema Conselhos para resistir a retrocessos nas conquistas democráticas e posicionamentos críticos dentro da própria psicologia”, avalia Zaneratto, para quem o CRP-SP cumpriu um papel importante nesse sentido. “Vemos ainda alguns dos nossos princípios de compromisso social ameaçados – como a defesa do cuidado em liberdade e o enfrentamento às desigualdades – e daí a necessidade de nos articularmos bem em âmbito nacional”, explica.

“Há projetos distintos e isso não é um problema, faz parte da democracia. É verdade que dentro da psicologia há setores que defendem a possibilidade da mulher decidir se quer ou não realizar um aborto e há outros que defendem a proibição do aborto por lei. Isso tem diferentes impactos na atuação profissional”, exemplifica Elisa. “Acho que a gente tem dificuldade ainda em trazer esses diferentes projetos para que estejam em debate nas atividades do Conselho, permitindo um maior diálogo entre vários campos. É um desafio para o futuro”, observa Zaneratto.

“Existe também um desafio relacionado ao difícil cenário político e social brasileiro”, contextualiza Elisa, ao lembrar que a psicologia esteve marcadamente presente em lutas como as que resultaram no Sistema Único de Saúde (SUS), no ECA ou no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). “As ameaças nesses direitos conquistados, por conta do fortalecimento de uma perspectiva neoliberal, impactam diretamente a psicologia. Impacta nossa inserção no mundo do trabalho, no nosso fazer profissional e implica que nós nos posicionemos, que enfrentemos esse cenário”, enfatiza.

Joari Carvalho, conselheiro do CRP-SP, tem leitura similar. “Não é um mero detalhe que a psicologia, como profissão, se atente aos retrocessos que estamos vivendo em relação aos direitos sociais”, nota. “Se não contribuirmos para a efetivação dos direitos, eles não se consolidam; se eles não se consolidam, o nosso campo de atuação também não se afirma. É uma relação de reciprocidade. Um desafio que está colocado para a próxima gestão do Conselho mas também para todos nós, enquanto categoria, já que podemos e devemos participar das importantes decisões sobre nossos rumos”, finaliza.



# Sistema prisional e direitos sexuais e reprodutivos FORAM TEMAS DE NOTAS TÉCNICAS DA GESTÃO



Com o objetivo de orientar a categoria e a sociedade sobre a atuação profissional, foram publicadas oito notas nesse triênio

**A**o longo da gestão foram oito as notas técnicas publicadas pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Os assuntos bastante variados: escuta de crianças e adolescentes; exercício da acupuntura pela/o psicóloga/o; atuação da/o psicóloga/o no âmbito do sistema prisional; saúde suplementar; cobrança da contribuição pelo Conselho Regional de Administração; atendimento psicológico a pessoas em conflito com sua orientação sexual e identidade de gênero; documento de orientação frente ao atendimento de mulheres em situação de interrupção de gravidez e, por último, uma nota a respeito de relatórios técnicos produzidos por psicólogas/os no contexto de internação provisória, internação ou semiliberdade das medidas socioeducativas.

“As notas técnicas partem de dúvidas e problemas que enfrentamos no cotidiano e visam orientar e mostrar para a/o psicóloga/o formas de refletir e atuar nesses temas, seguindo uma linha de acordo com nosso Código de Ética, nossas resoluções, nossos princípios de defesa dos Direitos Humanos”, caracteriza a conselheira Graça Câmara. “Para trabalhar no sistema prisional é preciso estar atento não só às legislações do Conselho, mas também às violações de direitos que são marcas das prisões brasileiras”, exemplifica.

Presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP-SP, Luiz Eduardo Berni lembra que no Sistema Conselhos existem três níveis de orientações à categoria. “De caráter mandatório são as nacionais, feitas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). As notas técnicas não são mandatórias, são um referencial de orientação. Uma nota elucida um assunto relativo à atuação profissional que está de alguma forma nebuloso para a categoria ou para a sociedade. E por último tem os referenciais mais abrangentes, que são as publicações”, descreve.

A nota a respeito da prática da acupuntura por psicólogas/os, por exemplo, foi redigida por conta de dúvidas relacionadas às mudanças nas regulamentações relativas ao uso desse recurso. “Sentimos a necessidade orientar a categoria que a acupuntura continua sendo prática multiprofissional livre, portanto facultada a qualquer profissional”, salienta Berni.

Publicada em julho, uma das mais recentes notas técnicas analisa o papel da/o psicóloga/o no cuidado com pessoas que estejam em conflito com sua orientação sexual e/ou sua identidade de gênero. Ao fazer uma contextualização a respeito do crescente consenso científico, profissional e social de que orientações sexuais e identidades de gênero não são



doenças e destacando também as discussões em prol da despatologização das chamadas identidades trans, a nota reforça a Resolução CFP 01/99, que proíbe a oferta de serviços psicológicos que tenham como objetivo a “cura” ou a eliminação de desejos, práticas sexuais ou expressões de gênero.

Assim, essa nota técnica orienta a/o psicólogo/a, nesses casos, a “considerar o contexto sociocultural da pessoa atendida” e “avaliar de modo crítico a participação do usuário do serviço e aquilo que motiva sua vontade de mudança de orientação sexual e/ou identidade de gênero”, sempre por meio de relações horizontais que busquem a autonomia e protagonismo do usuário. A nota destaca, ainda, a importância de reconhecer o sofrimento psíquico decorrente de preconceitos e violências e de apropriar-se de conhecimentos sobre a temática de gênero e sexualidade.

“Muitas vezes princípios morais da sociedade que tocam nas questões religiosas, por exemplo, são utilizados como fonte de referência para a atuação profissional”, avalia Berni, ao apontar que “isso é incorreto porque a psicologia é uma ciência laica. Ela deve estimular que as pessoas desenvolvam sua subjetividade de forma autônoma e não engrossar visões baseadas na moral”.

“As notas técnicas partem de dúvidas e problemas que enfrentamos no cotidiano e visam orientar, mostrar à/ao psicólogo/a formas de refletir e atuar nesses temas específicos”

Graça Câmara

### Construção coletiva das notas técnicas

As notas técnicas são elaboradas a partir de um processo que extrapola a COF ou os núcleos temáticos do Conselho. “Para fazer essa gestão nos articulamos com a categoria, com especialistas de diversos campos e também com a sociedade, os usuários da psicologia. É a partir desses debates que os textos são construídos pelos núcleos temáticos do CRP-SP”, narra Berni.

Para Graça, as notas técnicas ampliam o horizonte da/o psicólogo/a. “O Código de Ética nos guia, mas é bastante amplo. Como adaptá-lo à atuação profissional dentro de uma Fundação Casa? Que jogo de cintura você tem que ter para trabalhar numa instituição que é basicamente violadora de direitos? Então as notas vêm refletir e apontar caminhos nesse sentido, em cima das questões, dificuldades e dúvidas do nosso cotidiano e do nosso contexto”, define.



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO  
DA CAMPANHA ESTADUAL  
DE DIREITOS HUMANOS  
DO CRP SP

LOCAIS DE INTERNAÇÃO PARA  
PESSOAS EM CUMPRIMENTO  
DE MEDIDA DE SEGURANÇA

Conselho Regional de PSICOLOGIA

COM DUAS GRANDES CAMPANHAS

# CRP-SP SE POSICIONA PELA DEFESA DE DIREITOS

Campanhas de 25 anos do ECA e de Direitos Humanos foram algumas das iniciativas dessa gestão

O dia era de garoa fina no Jardim Ângela, periferia da zona sul de São Paulo. O 18 de maio, além de ser o dia da luta antimanicomial, é o dia nacional de combate ao abuso e à exploração de crianças e adolescentes. Jovens de Centros para a Juventude (CJ) da região se reuniram para participar da atividade que, com o nome “Esquecer é permitir, lembrar é combater”, discutiu por meio de teatro e falas o

enfrentamento das violências sexuais na infância e adolescência.

A roda de conversa integrou a campanha ECA 25 anos “Brincar pra valer, valer pra brincar”, iniciativa do CRP-SP para debater, ao longo de um ano com 25 rodas de conversa espalhadas pelo estado, temas relevantes à juventude no marco do aniversário de um quarto de século do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

“Sobretudo neste ano em que o ECA tem recebido fortes ataques por meio de propostas de diminuição da maioria penal e aumento do tempo de privação de liberdade de adolescentes, é imprescindível que o acúmulo das lutas que travamos possa subsidiar debates consistentes e fomentar a consolidação de políticas capazes de respeitar a infância e a adolescência a partir do paradigma da proteção integral”, aponta carta do CRP-SP para as Conferências dos Direitos Humanos das crianças e dos adolescentes.

“Qual o lance do lança?”, “O sistema socioeducativo paulista em debate”, “Roda de conversa sem terrinha”, “Crescer não é brincadeira, nem todo adolescente fala besteira”, “Por uma galera sem rótulos, ta ligado?”, “Cala a boca já morreu, quem manda na minha boca sou eu” e “Direito à educação e à participação política” foram os nomes de algumas das 25 atividades da campanha que aconteceram entre 2015 e 2016 em diversos municípios de São Paulo.

Com psicólogos/os e por vezes jornalistas, os eventos contaram sempre com a presença de crianças e adolescentes e objetivaram qualificar as referências da psicologia para a atuação na defesa de direitos e provocar a sociedade para o reconhecimento dos princípios preconizados pelo ECA.

Ana Maria Araújo dos Santos, de 16 anos e moradora do Jardim Ângela, era uma das mais extrovertidas entre os cerca de 100 jovens que participaram da atividade sobre violência sexual. Integrante do CJ Raviera e do Fórum Regional da Criança e do Adolescente, Ana é categórica: “O jovem da minha idade sabe dos seus direitos. No Fórum a gente senta e conversa para abrir a mente. Porque o ECA diz todos os direitos que a gente tem, mas a gente vive uma realidade que tem muita morte e eu acho que o primeiro direito que não pode ser violado é o direito à vida, porque senão a gente fica sem direito nenhum. Nós, jovens negros, estamos lutando por isso”.

“Sou moradora do Grajaú, negra, periférica, psicóloga e estudo sexualidade”, apresentou-se Elania Lima no centro do salão e das cadeiras formadas em roda. “Criança e adolescente não são o futuro. São o presente”, afirmou, e em seguida uma garota de gorro branco – Vitória – levantou a mão mas teve um ataque de riso de vergonha e devolveu a fala à Elania. “Violentar é inaceitável em qualquer idade, mas quando acontece com criança e adolescente isso acontece por meio de um abuso de poder do adulto. O direito ao desenvolvimento sexual saudável é o que é vio-

## “Criança e adolescente não são o futuro. São o presente”

Elania Lima

lado quando existe essa violência”, explicou: “A pior das violências, na minha opinião, é aquela que parece piada. A violência que nos faz rir é mais perigosa que a violência que nos faz chorar, porque a que nos faz chorar nos move para a denúncia”.

“O que fazer em caso de violência sexual?”, perguntou Lima. “Gritar socorro”, falou Kelly. “Contar para algum adulto que você confia”, opinou Mara. “Pedir



Ana Maria Araújo, 16 anos, defende o direito da juventude negra à vida.

ajuda para o disque 100”, disse Larley, um dos mais novos presentes, que usava uma camiseta amarela quase o dobro do seu tamanho.

Cristiane Godinho, coordenadora do Serviço de Proteção à Criança e Adolescente Víctima de Violência (SPVV), que realizou a atividade em parceria com o CRP-SP, distribuía um zine informativo. “No nosso serviço o que mais atendemos são casos de abuso sexual intrafamiliar contra meninas”, conta. “É muito complicado porque muitas vezes a criança associa abuso a afeto. A gente atende a vítima da violência mas também a família toda, vemos a necessidade de atuar em cima do contexto”, expõe.



Lançamento da Campanha Estadual de Direitos Humanos Contra a Violência de Estado.

Foto: Arquivos CRP-SP

“Atendemos inclusive o agressor”, relata Godinho. “Óbvio que no primeiro momento prezamos pelo cuidado e pela preservação da criança”, pondera, e esclarece que a abertura para que o autor da violência também possa procurar aquele espaço vem do entendimento que muitas vezes o ato está ligado à reprodução de comportamentos. “As pessoas às vezes querem simplesmente punir. Ok, podemos punir. O juiz determina uma pena, ele vai preso. Ok. E quando ele sair? Vai estar transformado para melhor passando pelo sofrimento de uma prisão?”, questiona.

Para Cristiane, não é fácil falar do ECA. “Ele é necessário, a partir dele temos muitos avanços que foram conquistados para a garantia de direitos das crianças. Mas precisamos ter formação dos nossos profissionais, trazer ele para a prática”, reflete. “É um documento fundamental, mas a garantia de direitos não acontece só no papel”. Segurando cartazes de “Não se cale” e “Diga não à violência”, os participantes da atividade fizeram um cortejo até uma praça próxima, ao som da bateria do CJ Kagohara.

### Resistência à violência de Estado

“Levaram nossos filhos, nossos irmãos, nossos pais, nossos avós, nossos bisavós e tataravós / (...) Foram mortos pelas mesmas mãos que mudam de corpo, Mão do mando de gente que tem as leis, o di-

nheiro e as armas a seu favor. / É a mão do capitão do mato, que está atrás de cada homem fardado / É mão de gente que dá nome a avenidas e estradas que atravessam essas terras. / Mas lembrem-se: foram nossos filhos que morreram indigentes, sem a proteção das leis e sem a satisfação do dinheiro”. O poema “Apelo” é de Débora Maria da Silva, fundadora do Movimento Mães de Maio, que reúne – desde a chacina de 2006 em São Paulo – familiares vítimas da violência estatal. “Mesmo que me aprisionem com as leis / Não podemos ter medo / Não podemos ter medo da bala / Não podemos ter medo do açoite / Eles não vão viver alimentados do meu medo”.

Foi com o intuito de debater a violência dessas “mesmas mãos que mudam de corpo”, seus efeitos psicológicos e as contribuições da psicologia para o seu enfrentamento que foi lançada pelo CRP-SP, em outubro de 2015, a Campanha Estadual de Direitos Humanos: Violência de Estado ontem e hoje - da exclusão ao extermínio.

“Desigualdades sociais e políticas, presentes nas mais diversas relações, tanto na esfera pública quanto na privada, são potenciais geradoras de sofrimento (sobremaneira o sofrimento psíquico)”, narra o folder de apresentação da campanha, reiterando a defesa dos Direitos Humanos como “um dos princípios básicos de nossa ciência e profissão”. A psicologia, por

ser comprometida com a dimensão relativa da experiência subjetiva do sofrimento humano, tem, de acordo com o CRP-SP, “legitimidade para apontar o modo como o Estado por meio de suas ações garante ou viola Direitos Humanos e os efeitos desse processo”.

Foram organizadas visitas institucionais a unidades da Fundação Casa de São Paulo, entre 2015 e 2016, para conhecer e refletir a prática da psicologia dentro do sistema socioeducativo paulista. Em visitas a 27 unidades, foram entrevistados 88 profissionais. A conversa com adolescentes foi permitida apenas em 13 unidades (48%) e em condições restritivas, como por exemplo com a presença do gestor ou com jovens escolhidos pelos gestores.

“Os adolescentes fizeram denúncias quanto ao espaço físico, alimentação insuficiente, simulações de bom tratamento na presença dos fiscais do CRP-SP, pedidos para que os fiscais retornassem com a Defensoria Pública e, até mesmo, questionaram o que os fiscais do CRP-SP fariam para ajudá-los”, resume o Caderno de Debates a respeito das visitas, destacando ainda que em duas unidades (uma feminina e outra masculina), houve detalhados relatos de torturas e de medicação psiquiátrica contra a vontade.

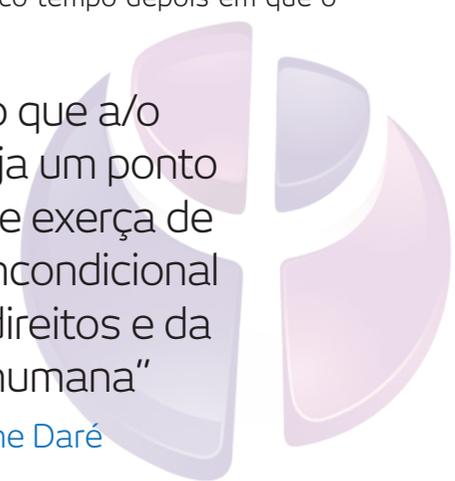
Entre outras ações realizadas pela campanha estão debates e a organização do Prêmio Marcus Vinicius de Psicologia e Direitos Humanos. “Realizamos eventos que possibilitaram a discussão da psicologia diante das diferentes expressões da violência, incluindo o debate sobre as experiências subjetivas, consequências da abordagem e da letalidade policial executada de forma racializada”, conta Maria Orlene Daré, da Comissão de Direitos Humanos do CRP-SP. A atenção especial nesses debates foi, na opinião de Daré, sobre a prática da/o psicóloga/o ao acolher o sofrimento daqueles que vivenciaram ou sofreram a violência de Estado, “em especial aquele sofrimento produzido pelo racismo institucional e pelas atitudes discriminatórias identificadas na pouca qualidade nos atendimentos dos serviços públicos”.

Maria Orlene destaca, ainda, as inspeções realizadas em conjunto com outras entidades em locais de privação de liberdade, “tais como as efetuadas no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e na Ala de Medida de Segurança”. Além da visibilidade às situações de violações dos Direitos Humanos, os relatórios resultantes das inspeções nesses espaços permitem, na visão de Orlene, enviar as denúncias de forma sistematizada aos órgãos competentes.

“Acredito que isso pode resultar em uma significativa redução nas violações, bem como auxiliar na construção de políticas públicas”, reflete Orlene.

No que diz respeito à prática profissional, Maria Orlene acredita que inspeções apontam “um cenário de desafios, na medida em que os recursos da psicologia concedem aos profissionais o saber e o conhecimento teórico sobre as marcas subjetivas e os efeitos psicológicos decorrentes das violações”. Para ela, “é esperado que a/o psicóloga/o seja um ponto de resistência e exerça de forma ética e incondicional a defesa dos direitos e da dignidade humana. E que tenha uma prática voltada à compreensão do ser humano na sua condição histórica, emocional, social, se contrapondo a qualquer ação de caráter punitivo que possa ocorrer”.

O Prêmio Marcus Vinicius de Psicologia e Direitos Humanos foi lançado pouco tempo depois em que o



“É esperado que a/o psicóloga/o seja um ponto de resistência e exerça de forma ética e incondicional a defesa dos direitos e da dignidade humana”

Maria Orlene Daré

psicólogo e professor, figura histórica na luta antimanicomial e na construção de uma psicologia comprometida com a justiça e a igualdade, foi assassinado na Bahia. Um dos idealizadores das campanhas de Direitos Humanos no Sistema Conselhos, Marcus Vinicius dá, agora, o nome ao prêmio que integrou a campanha estadual, com a finalidade de estimular a produção de artigos na área da psicologia a respeito da violação de direitos praticada pelo Estado, no passado e no presente.

“Para o CRP-SP, a participação das/os psicólogas/os e dos estudantes foi muito gratificante”, revela Orlene, para quem “os trabalhos apresentaram, em sua grande maioria, uma leitura crítica sobre a realidade, problematizando a postura e a prática do profissional diante da violência de Estado e ações efetivas para sua compreensão e enfrentamento”.

# CARTILHAS POPULARES SÃO FEITAS A PARTIR DO SABER DO USUÁRIO

## Álcool e outras drogas e educação básica foram temas das publicações

**O**uvi falar... – Tudo o que você ouviu (ou não) falar sobre drogas e *Construindo caminhos – a psicologia e a sua relação com a educação* deram nome às cartilhas populares elaboradas e publicadas pela gestão 2013-2016 do CRP-SP, que também finalizou e lançou a cartilha a respeito de medicalização – todas disponíveis no site do Conselho. Dessa vez, no entanto, a metodologia para fazer as cartilhas ganhou novos contornos.

Por proposta do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), ciclos de conversas com os usuários para pensar e validar os conteúdos passaram a ser ponto fundante do processo de elaboração das cartilhas populares. “A ideia foi que usuários `daquelas áreas – no caso usuários de drogas ou dos serviços e usuários das instituições de educação – opinassem e discutissem as cartilhas, tanto em relação ao conteúdo quanto à linguagem”, explica Maria Ermínia Ciliberti, integrante do CREPOP.

“Temos um primeiro momento onde a gente discute, dentro dos grupos temáticos, os assuntos que consideramos fundamentais”, relata Ciliberti: “Então é feita a leitura e a construção de textos em encontros com grupos de usuários que topam participar, e

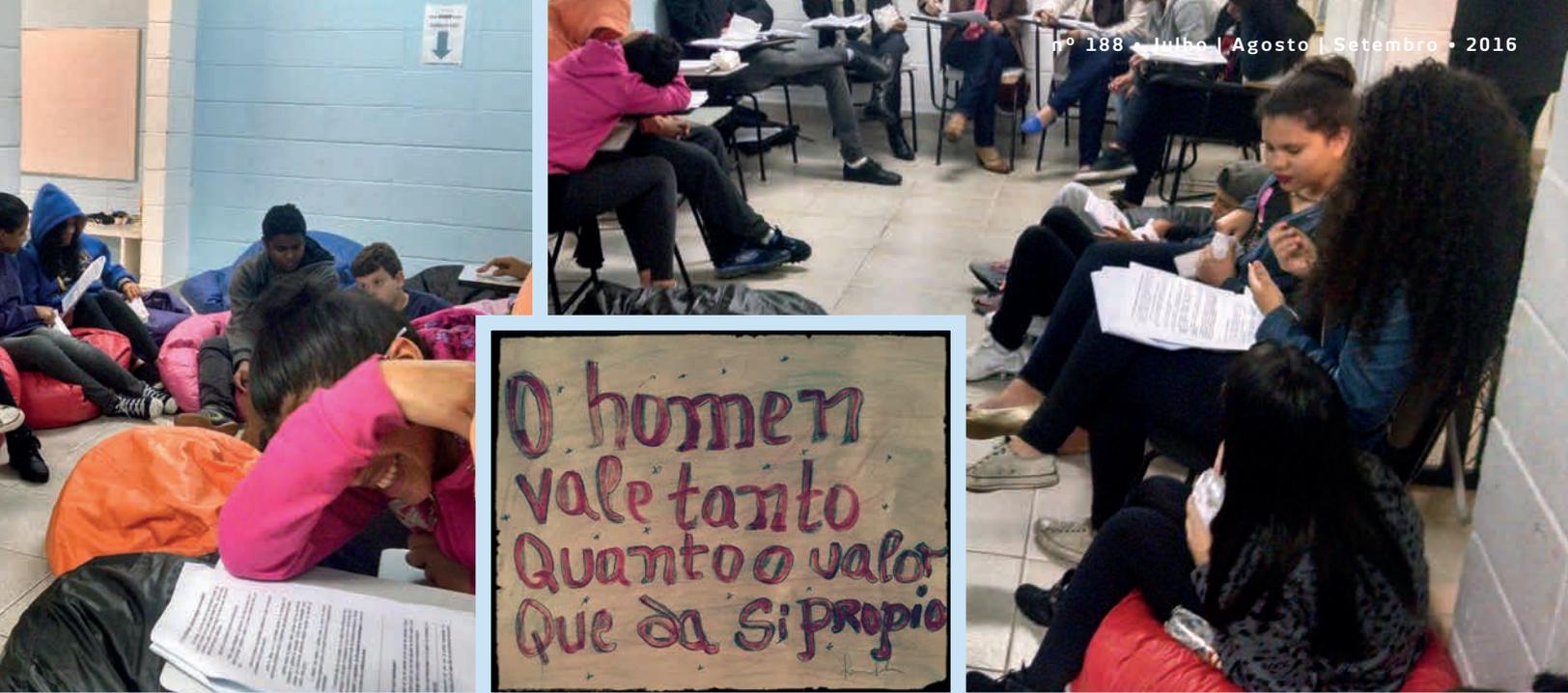
a cartilha vai sendo construída a partir das sugestões feitas por eles”.

Ermínia conta, a respeito da definição dos temas das cartilhas mais recentes, que “se avaliou que essas duas demandas são áreas de ameaça de desmoronamento de políticas públicas. Tanto a questão de escola inclusiva quanto a criminalização ou patologização dos usuários de drogas. E temos certeza que abordar esses temas é uma contribuição que a psicologia pode dar”.

### Psicologia, drogas e educação

O que são drogas? Com essa pergunta básica começa a cartilha que trata não só das substâncias psicoativas mas da estrutura política que rege a forma como nossa sociedade atualmente lida com elas. “São substâncias psicotrópicas as que alteram o funcionamento do cérebro e provocam modificações no estado mental, na maneira de sentir, de pensar e de agir” define o material, que esclarece como a escolha de que algumas dessas drogas sejam proibidas como vemos hoje – por meio da repressão e militarização – vem de uma convenção da ONU assinada em 1961 por mais de 100 países.

Marília Capponi, integrante do Núcleo de álcool, outras drogas e medicalização do CRP-SP, destaca a importância de falar sobre essas questões, “muitas vezes obscuras, permeadas por preconceitos e, que por isso, merecem atenção por parte da profissão e ciência psicológica: a violência, as vulnerabilidades, políticas públicas, uso abusivo de substância, uso recreativo, direitos sociais, tratamentos, ética profissional, entre tantas outras questões possíveis de serem debatidas quando se propõe seriamente a falar sobre drogas”.



O homem  
vale tanto  
quanto o valor  
que dá si proprio

“Você usa porque quer. Ou não?” Com esse título, uma seção da publicação trata da situação de dependência em relação a alguma droga, e como isso acontece por várias razões, muitas vezes difíceis de identificar, em que as escolhas do indivíduo se pautam por uma relação de necessidade da substância.

Entre as formas de tratamento de uso problemático de drogas, a cartilha destaca a redução de danos. “No olhar da redução de danos cada um é encorajado a ser ‘sujeito’ de suas mudanças (Paulo Freire). Para isso, participação, cidadania, protagonismo, liberdade de escolha, autonomia e autocuidado são fundamentais”.

“O que mais nos motivou foi discorrer sobre um assunto complexo de uma maneira acessível, como é a proposta das cartilhas populares. Entendo popular no sentido de aproximar o conhecimento construído pela psicologia do público não psicólogo”, aponta Marília. A elaboração da cartilha durou quase dois anos, entre reuniões e oficinas. “Um texto escrito por diversas mãos. Algumas pessoas usuárias de serviços públicos (CAPS AD, por exemplo), outras de movimentos sociais e organizações alinhadas ao debate da legalização das drogas, aos Direitos Humanos e da redução de danos”, conta Capponi.

Lançada em junho de 2016, a cartilha sobre educação se divide em três partes. Na primeira, a publicação discorre sobre “a educação que temos” e “a educação que queremos”, refletindo sobre conceitos e processos que a psicologia pode oferecer para a construção conjunta e melhoria das políticas públicas na área da educação. O capítulo dois aborda o espaço da/o psicóloga/o e o seu papel no contexto educacional e o três desenvolve a ideia da educação

como um direito humano e, a partir daí, a sua relação com a psicologia.

### Quem vivencia é quem sabe

Marcela Mattos é usuária e integrante da Marcha da Maconha de Santos e participou das rodas de conversa que discutiram a cartilha sobre drogas. “Penso que é o único jeito eficaz de se elaborar uma cartilha desse tipo, porque sai do lugar comum, da visão institucional e/ou médica e lança o foco sobre o uso real. Dessa forma, acredito que tenta-se eliminar o problema mais básico da questão das drogas: a hipocrisia!”, enfatiza.

“Eu, como militante da Marcha da Maconha, acredito realmente que é só a partir de troca de informações que se pode mudar a atual política de drogas. E tenho certeza absoluta que a política proibicionista mata mais do que o uso de qualquer droga em si”, avalia, ao constatar que “essa certeza vem justamente por conta de todo o acúmulo de discussões que trazem esses movimentos. As drogas não são proibidas por conta de uma preocupação com a saúde da população, e sim por conta de interesses políticos e econômicos”.

Ao englobar os saberes e as opiniões das pessoas diretamente envolvidas e/ou afetadas pelo tema, Maria Ermínia acredita que as cartilhas retomam princípios da educação popular de Paulo Freire. “Às vezes pode ser que algum usuário não nomeie as coisas com a linguagem que a gente usa na psicologia, mas quem têm a vivência são eles. Daí a importância de retomar esses princípios nas construções de nossos materiais”, constata: “As cartilhas são um instrumento de reconhecimento do saber das pessoas e portanto também de empoderamento dessas populações”.



# SISTEMA CONSELHOS INSTITUI A MEDIAÇÃO PARA PROCESSOS DISCIPLINARES

Depois de anos de debates, nova resolução aprova forma de lidar com conflitos que nada contra a corrente da lógica penal e punitivista

O paradigma da solução de conflitos e processos dentro do Sistema Conselhos está em profunda transformação. A Resolução CFP 007/2016, publicada em junho, regulamenta a criação da Câmara de Mediação dentro das Comissões de Ética de cada Conselho Regional. Assim, a prioridade passa a ser – em todas as etapas dos processos disciplinares – a reparação dos danos causados pelas infrações e a reconstrução dos laços sociais por meio da participação voluntária das partes em uma mediação para a busca de uma solução consensual.

“A perspectiva é a de que o que importa não é o fato em si, mas que os envolvidos estejam presentes e pensem o que faremos com isso. O que importa é o vivido, o cuidado com as pessoas, a reparação”, descreve Gabriela Gramkow, conselheira da Comissão de Ética de São Paulo e representante do CRP-SP no grupo de trabalho nacional que elaborou a resolução.

Os mediadores, que poderão ser psicólogas/os ou não, passarão por um processo de formação e estarão sujeitos ao Termo de Referências Éticas para Atuação do Mediador no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia, estabelecido pela resolução. Os princípios orientadores da mediação são independência,

imparcialidade, autonomia da vontade, confidencialidade, oralidade, informalidade e decisão informada.

Em um dos eventos que debateu o tema no CRP-SP, o advogado Adolfo Braga Neto – mediador e consultor dos Ministérios da Justiça de Angola e Cabo Verde – definiu o mediador como alguém que propõe a possibilidade de um diálogo diferente do que as pessoas estão habituadas. “O mediador deve promover uma conversa que traga a possibilidade de futuro. Não estamos falando de quem é culpado ou inocente, de quem está falando a verdade ou mentindo, nem do passado. Estamos falando sobre a perspectiva de uma relação”, afirma.

## Desconstrução da perspectiva judicializante

Atualmente existem no estado de São Paulo mais de 88 mil psicólogas/os e 460 processos em andamento na Comissão de Ética. “Proporcionalmente o número é baixo, mas além de estar num crescente, a gente percebe que um processo ético tem um efeito danoso de sofrimento e tensão para quem passa por ele”, observa Gramkow. Os processos tramitam em um sistema processual, documental, regimental e de prazos que, com a garantia da ampla defesa das partes, o tornam muito morosos. A média de duração de um processo ético é de cinco anos.

“Mesmo no caso em que a/o própria/o psicóloga/o se coloca à disposição para resolver a situação, a denúncia já entrou na máquina e é preciso dar sequência a todas as fases do trâmite. É uma estrutura que judicializa o conflito, mesmo que quem sofreu o dano já tenha sido reparado”, aponta Gramkow, destacando que 90% das penalidades, ao fim dos cinco anos de processo, são de advertência. “Bom, se for para advertir, o processo da mediação é muito melhor: é mais ágil e principalmente mais transformador”.

## Processo dialógico

A ideia de trazer para dentro do Sistema Conselhos a possibilidade de um modelo antipunitivista de solução de conflitos vinha sendo maturada desde 2007, mas foi em 2011 que o CRP-SP apresentou essa proposta em uma reunião da Comissão de Ética Nacional. A partir do ano seguinte o tema passou a ser debatido dentro de um grupo de trabalho nacional. Em maio desse ano a resolução foi aprovada pela APAF (Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças) e no dia 21 de junho foi publicada pelo CFP. Agora a mediação poderá ser utilizada ao longo do processo, o que deve ser avaliado em cada caso.

O terceiro lugar no ranking mundial de encarceramento – com cerca de 700 mil pessoas atrás das grades – é um dos sintomas de como no Brasil a cultura de solução de conflitos (seja na escola, na família, no esporte, no trabalho ou no sistema penal) é a puni-

“O sistema adversarial e punitivo vigente tem se mostrado, há muito tempo, ineficaz e causador de mais sofrimentos”

Cassio Filgueiras

ção. Coordenador do curso de mediação da Associação Palas Athena e representante do Fórum Nacional de Mediação (FONAME), Cassio Filgueiras defende que “a facilitação do diálogo e da mediação, ao tornar as pessoas protagonistas da solução de seus conflitos, trazem efeitos muito mais satisfatórios”. Sem a perspectiva de aprendizado, responsabilização, visão ampla das causas e consequências do conflito e mesmo respeito a todas as partes envolvidas, “o sistema adversarial e punitivo vigente” tem se mostrado há muito tempo, para ele, “ineficaz e causador de mais sofrimentos”.

“A utilização da mediação em processos administrativos nos Conselhos Profissionais, antes de mais nada, humaniza as relações e beneficia tanto os profissionais quanto os usuários destes serviços”, opina Filgueiras: “A mediação os coloca para dialogar sobre os resultados de suas práticas com o intuito de promover o aperfeiçoamento de condutas profissionais que se aproximem das expectativas dos usuários e gerem melhores resultados”.

Para Gabriela Gramkow, “um dos grandes ganhos dessa história” é a transformação da lógica de funcionamento de várias instâncias do Sistema Conselhos, como a Comissão de Ética e a Comissão de Orientação e Fiscalização.

“Não podemos atuar numa perspectiva policial, judicializante e punitiva porque sabemos o quanto que ela não tem efeitos de transformação”, resume Gramkow. “Enquanto Conselho, nossa concepção ético-política frente a uma/um profissional que tenha descumprido uma norma é de nos co-responsabilizarmos e construirmos, num processo dialógico, possibilidades de saída. Isso é assumir nossa função de orientação e fiscalização dentro do que entendemos que deve ser a prática da psicologia”, expõe.



CAPA

TODO DIA:  
VOCÊ FAZ?

AS ENVIADOS | CONTATO

TODO DIA, EM TODO LUGAR:

# UMA MOSTRA DAS PRÁTICAS EM PSICOLOGIA

**Projeto *Tudo dia, em todo lugar* – por uma sociedade democrática e igualitária recebeu 620 vídeos e realizou 20 caravanas pelo estado de São Paulo**

**T**ania Salvadori é psicóloga pela Unesp de Assis e lá trabalha num bairro periférico, focada em saúde coletiva e serviços de assistência social. Thaiany de Aquino é estudante de psicologia na UNIP de São Vicente, tem 19 anos e escolheu essa formação porque acha que “as pessoas precisam de escuta e atenção”. Elisângela Almeida é usuária de um CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) em Bauru há dois anos e diz que os profissionais de lá mudaram a sua vida. Marcella Milano é psicóloga em Itu e trabalha com um grupo de adultos que ficaram ou nasceram cegos. Marcos Garcia é psicólogo desde 1992, é professor da Universidade Federal de São Carlos e avalia que há

uma modificação positiva na psicologia, “que tem o entendimento do sofrimento psíquico não só numa dimensão individual, mas também coletiva”.

Seus relatos chegaram ao CRP-SP – assim como os de outras 620 pessoas – em vídeos de cerca de um minuto, por meio do projeto *Psicologia todo dia, em todo lugar – por uma sociedade democrática e igualitária*, lançado no dia da/o psicóloga/o de 2014. Classificados por região, áreas de atuação e processos de trabalho, os depoimentos de todas as geografias do estado permitiram ao CRP-SP mapear e dar visibilidade às variadas práticas da psicologia espalhadas por aí. Até o momento, existem 458 vídeos publicados no site do Conselho.

“A ideia é discutir e falar da psicologia a partir do que é feito no cotidiano pelos profissionais, ou seja, aproximar o Conselho da prática diária da categoria, inclusive reconhecendo práticas feitas em lugares afastados de grandes centros”, descreve Elisa Zaneratto, presidente do CRP-SP entre 2013 e 2016 e uma das coordenadoras do projeto – ação e lema principal da gestão.



Foto: Arquivo CRP-SP

**PSICOLOGIA**  
todo dia, em todo lugar  
para uma sociedade mais democrática e igualitária

Todas as caravanas foram registradas em programas Diversidade.

## As/os psicólogas/os que participaram

Os aspectos que mais chamaram atenção no conteúdo dos vídeos, na opinião da conselheira Camila Teodoro, que também coordenou o projeto, foram a responsabilidade e o comprometimento com a profissão e a vontade de conversar com o Conselho. “Não foi surpreendente, mas foi marcante a forma como, apesar da diversidade de práticas nas centenas de vídeos que recebemos, a ética é uma só. Também muito bom receber os depoimentos em vídeo e nas cidades que visitávamos, percebendo como as/os psicólogas/os estão cada vez mais desconstruindo a visão do Conselho como policialesco e punitivo, mas ao contrário, como um órgão que quer conhecer as práticas, dialogar, estar junto”, ressalta.

“A gente percebe que as pessoas que se vincularam ao projeto têm uma aposta muito grande nos efeitos positivos da psicologia para o público com quem trabalham”, observa Zaneratto. “Um viés muito exitoso do projeto foi quando decidimos fazer matérias do nosso jornal contando a prática profissional de pessoas que enviam seus vídeos”, argumenta, ao refletir sobre a importância de muitas práticas interessantes e até então desconhecidas poderem se tornar referências para outros profissionais. “O proje-

to é uma grande mostra virtual de práticas em psicologia”, sintetiza.

## O Conselho na estrada

Surgiu, então, a ideia de aprofundar e conhecer melhor as práticas contadas de forma rápida naqueles vídeos de um minuto e meio. “As caravanas vêm responder a um esforço do Conselho ir até a categoria, já que predominantemente é a categoria que vem até o Conselho”, conta Elisa. As caravanas percorreram o estado de São Paulo passando por 20 municípios (dois de cada região de subsede) com vários gestores do CRP-SP e uma equipe de filmagem que registrou as viagens no programa Diversidade (todos os programas estão disponíveis na internet e vão ao ar pela TV PUC).

São José do Rio Preto. Mel, Buddy e Lola trabalham junto com a psicóloga clínica Laís Maria Milani no consultório e em outras instituições. Terapeutas também, mas peludos e sobre quatro patas, companheiros de trabalho como eles na psicologia não são invenções atuais. A terapia assistida por animais existe em instituições de saúde mental pelo menos desde a década de 1970, explica Laís, ao lembrar do famoso cão de Freud, o Chow Fi, e, no Brasil, dos animais de Nise da



Arquivo CRP-SP

Beatriz da Silva organiza um grupo de mulheres negras em Araraquara.



“As caravanas vêm responder a um esforço **do Conselho ir até a categoria**, já que predominantemente é a categoria que vem até o Conselho.”

Elisa Zaneratto

Silveira. “Ela acolhia os animais da rua na instituição dela e começa a relatar o quão bem o contato com esses animais fazia para os pacientes”, aponta.

“A própria interação homem animal traz benefícios fisiológicos para a pessoa e o animal, com a liberação de hormônios e neurotransmissores associados à sensação de prazer, relaxamento e bem-estar. Esses benefícios associados ao consultório favorecem o vínculo com o profissional e o atendimento em si”, explica Milani. Além do consultório, em que Laís junto com a psicanalista com quem trabalha faz atendimentos com ou sem o cão, sua atuação profissional inclui atividades lúdicas em um lar de idosas.

“A gente percebe que tem uma quebra de protocolos sociais muito rápida com a presença dos animais. Quando tem um contato entre duas pessoas, em situação de terapia ou não, elas se cumprimentam, fi-

cam de longe, tem um processo até que se vinculem. Com o cachorro isso acontece assim”, observa Laís, ao estralar os dedos.

O que estão fazendo as/os psicólogas/os pelo estado de São Paulo? Quais seus maiores interesses, desafios, enfrentamentos, demandas? Para Camila Teodoro, essas perguntas são locomotiva da caravana. “Visitamos regiões que geralmente não alcançamos, que têm pequeno número de psicólogas/os mas com demandas muito interessantes de trabalho. Visitamos também cidades com concentração populacional maior mas com práticas diferentes de vários outros lugares”, recorda, ao falar de Ribeirão Preto. “Lá nossa visita teve a temática da psicologia do esporte, que está sendo desbravada de forma muito interessante, um trabalho inovador que dá seus primeiros passos numa cidade em que a psicologia tem certa tradição mas mais na área da clínica”, relata.

Ribeirão Pires. Alexandre Avanzo Dias queria fazer psicologia desde a época da escola e se formou em 2013, ainda incerto da onde queria atuar. Depois de um ano de estágio fazendo observação e escuta psicológica na Casa Acolhida, instituição que atende pessoas

Alexandre Dias faz artesanato com os conviventes da Casa Acolhida.



Arquivo CRP-SP

em situação de rua, Alexandre sentiu que era ali que deveria trabalhar. “Via que as pessoas ali tinham uma necessidade de atenção. Lá fora ninguém quer escutar uma pessoa que está alcoolizada ou transtornada”, constata. Para ele, a área social é a mais linda da psicologia: “É o contato direto com as pessoas”.

O trabalho na Casa Acolhida foi visto de perto pelas/os conselheiras/os do CRP-SP. As cerca de 30 pessoas acolhidas ali, em sua maioria homens, recebem um atendimento psicológico hegemonicamente em grupo. “Ele traz de volta para o indivíduo a sua responsabilidade de vida, a sua capacidade”, diz a diretora da instituição, Marcia Cristina Zaucaneli, a respeito do trabalho de Alexandre. “Os conviventes querem ver que aquela pessoa vai jogar bola com eles, vai desenhar com eles, vai estar junto e de igual para igual. A diferença do Alexandre foi essa, ele chegou aqui e revolucionou essa prática. Eles criam um vínculo com ele. E esse vínculo é muito importante”, conta Zaucaneli.

A sistematização dos conhecimentos e práticas visitadas ao longo das caravanas em formato de vídeos foi, na visão de Elisa, um dos grandes êxitos a serem destacados. “Sabemos que muitas vezes os profissionais que estão na lida cotidiana não estão necessariamente produzindo nas formas academicamente previstas. Mas estão produzindo conhecimento em psicologia. São psicólogas/os que na prática produzem um saber, qualificam técnicas, qualificam serviços de intervenção. E a gente pôde sistematizar isso de um jeito prático, numa linguagem que fala com a sociedade” analisa e já emenda no que considera o segundo grande êxito: “O fato da gente mostrar para a sociedade o que é a psicologia”.

Araraquara. Numa sala de aula dentro de um Centro de Referência Afro, se juntam mulheres negras. “Muitas mulheres não reconhecem que são negras. Não por culpa delas, mas da nossa sociedade. A gente está unida para tentar trabalhar essa questão”, explica uma das participantes do grupo. A psicóloga Beatriz Cristina da Silva foi quem criou o coletivo para trabalhar com resgate da identidade, autoestima, empoderamento e ação política das mulheres negras.

Em conversa com Beatriz e com as outras participantes do grupo, Ivani Oliveira, psicóloga membro do núcleo psicologia e relações raciais do CRP-SP e uma das gestoras que compôs a caravana à Araraquara, sorri. “Na faculdade a gente estuda Freud mas não estuda Frantz Fanon que também foi um psiquiatra e trabalhava a temática da população negra. A psi-

cológia é uma ciência que se desenvolveu pela elite brasileira, e pensava a partir do olhar dela. Cabe a nós transformá-la”, comenta.

O embrião do grupo Deusas do Ébano foi a intenção de Beatriz de conversar com outras mulheres a respeito de um blog no qual ela refletia sobre as transformações que estavam acontecendo em seu cabelo – na época ela deixava de usar produtos químicos e começava a soltar seu cabelo black. A ideia ficou na gaveta. “Primeiro vem a reflexão. Depois a ação”, afirma.

“Então fiz uma proposta de trabalho aqui no centro com finalidade terapêutica. Fizemos o grupo, as rodas, as mulheres vieram mas aí não tivemos a continuidade. Eu acabava fazendo um atendimento para a demanda individual. Meu sonho era ver essas mulheres negras unidas”, expõe Beatriz. E então, no ano passado, ela teve a ideia de montar o grupo que é hoje uma rede de apoio e de ação política, quando participou da Marcha das Mulheres Negras: “Foi maravilhoso para mim. Era uma cumplicidade no olhar. Estamos aqui. Era o que dizíamos: estamos aqui”.

Fotos: Arquivo CRP-SP



Laís Milani conta sobre sua prática: terapia assistida por animais



Fotos: Arquivo Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte

# OS ÊXITOS E DESAFIOS PARA ALCANÇAR A CATEGORIA

**Projetos de âmbito estadual e maior autonomia das comissões gestoras regionais buscam a descentralização do Conselho**



São mais de 88 mil psicólogos/os espalhados pela maioria dos 645 municípios do estado de São Paulo. Como alcançar, dialogar, construir com toda a categoria? Para atingir o maior número possível de pessoas, o CRP-SP se organiza em nove subse-des, além da região metropolitana: Assis, Baixada Santista e Vale do Ribeira, Bauru, Campinas, Grande ABC, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Sorocaba e Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Entre as medidas que a gestão à frente do Conselho entre 2013 e 2016 tomou para descentralizar suas ações estão o projeto *Psicologia todo dia, em todo lugar - por uma sociedade democrática e igualitária* e suas caravanas [ver mais na página 16], o fomento a atividades regionais – em 2015 o dia da/o psicóloga/o foi marcado por mais de 40 eventos – e Pré-Congressos (que antecederam o Congresso Nacional de Psicologia), os quais aconteceram em cada região, em pelo menos dois municípios. Na região metropolitana, por exemplo, houve Pré-Congressos em Osasco, Guarulhos e São Paulo. As comissões gestoras das subse-des foram ampliadas e as reuniões da Comissão de Ética (COE) passaram a ser realizadas em diferentes municípios além da capital.

Livia Gonsalves Toledo, conselheira e coordenadora da Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte destaca duas ações principais do último triênio que fortaleceram a regionalização do Conselho. “A realização de mais atividades no interior, com mais recurso e autonomia para as gestões das subse-des e a regionalização dos pareceres da COE. Fizemos reuniões da COE na nossa subsede – o que também aconteceu na região do ABC e vem se ampliando a outras subse-des – e isso permitiu trazer psicólogos/os do interior para compor os olhares sobre a atuação ética da psicologia”, elenca.

O desafio de alcançar a/o profissional em seu cotidiano, de toda forma, segue permanente. “Acredito que por um lado ainda existe uma percepção do Conselho, por parte das/os psicólogos/os, como um órgão meramente fiscalizador e por outro, ainda falta engajamento político de parte da categoria”, observa Livia. “Mas os resultados e aumento de participação são claros quando temos colaboradores que podem ir até os diversos locais que essas/es psicólogos/os estão e promover abertura de diálogo, buscando a demanda desses profissionais”, resume.



Para Silvio Yasui, coordenador da Subsede de Assis, a descentralização foi facilitada pela organização capilarizada de diferentes núcleos do conselho, tais como de saúde, assistência social, psicologia e relações étnico-raciais, criança e adolescente, dentre outros. “Além disto, os três anos foram marcados por muitos projetos com participação efetiva das subse-des, como o projeto *Psicologia Todo dia, em todo lugar* e a Campanha dos 25 anos do ECA que mobilizaram os psicólogos em todo estado”, complementa.

“Todas as ações efetuadas alcançaram seus objetivos, especialmente as que envolveram a atuação da/o psicóloga/o na interface com as políticas públicas. Falta atingir de modo mais consistente as/os psicólogas/os que atuam no setor privado”, avalia Silvio Yasui.

A subsede de Sorocaba, inaugurada em 2010, tem em sua jurisdição cinco mil profissionais da psicologia espalhados por 79 municípios. Na avaliação do coordenador Sérgio Augusto Garcia Júnior, a subsede de Sorocaba “teve, durante esses anos, total autonomia para construir posicionamentos e ações a partir das demandas advindas do municípios que lhe competem”.

Para Sérgio, “a necessidade de aprimoramento dos canais de comunicação da subsede com as pro-

fissionais, no entanto, precisa a todo momento ser repensada para a ampliação da participação da categoria na região”.

### Assuntos mais presentes

Entre os temas mais abordados nas atividades da Vale do Paraíba e Litoral Norte, Lívia Gonsalves destaca o da assistência social. “Justamente pelo empenho do colaborador que coordenava o subnúcleo de assistência da subsede. Foi preciso um esforço pessoal dele para acessar os gestores municipais e entrar em contato com a categoria interessada”, explica. De acordo com Lívia, apenas os informativos da subsede não são suficientes para chamar a atenção das/os profissionais. “Verificar junto às/aos psicólogas/os o melhor horário para a realização de debates, ir até as diversas cidades da região da subsede (não fazer apenas em Taubaté onde se localiza a subsede) e sensibilizar os gestores para liberar as/os profissionais para participarem das atividades foram algumas das iniciativas exitosas”, narra.

Já em Sorocaba existe a particularidade, como conta Sérgio, da região ter sido um dos maiores polos manicomial do Brasil. “Com o apoio de movimentos sociais antimanicomiais este polo está sendo desmontando, concomitante à construção da Rede de Atenção Psicossocial. Está ocorrendo um processo de acolhimento dos sobreviventes desses manicômios. Acompanhamos e discutimos de perto esse processo enquanto Comissão Gestora de Sorocaba”.

Também foi durante essa gestão que pela primeira vez – ainda no seu curto período de existência – a subsede de Sorocaba conseguiu organizar ações e atividades em outros municípios que não o de sua sede física. “Terra, assistência social, psicologia escolar, sexualidade e gênero, psicologia jurídica foram alguns dos temas de ações que realizamos”, conta Sérgio Augusto.

A interface da psicologia no campo das políticas públicas (saúde mental, assistência social, infância e adolescência) foram os temas de maiores demandas na subsede de Assis.

“Temos muito o que avançar na busca de uma maior participação e para que as profissionais entendam que seu Conselho é formado e construído por profissionais da psicologia assim como elas!”, afirma Sérgio.



# GÊNERO E RAÇA NA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA



O CRP-SP, por meio do Grupo de Trabalho História e Memória da Psicologia, lança dois documentários tratando das relações étnico-raciais e de gênero

Ilustração: Sergio Rossi

“Não se pode olhar uma ciência e uma profissão desvinculada do lugar onde ela está”. A frase da psicóloga Odette Pinheiro – que ocupou a presidência do Sindicato de Psicologia no pós ditadura, tirando do cargo um homem militar – é uma das que abre um dos mais novos vídeos do CRP-SP, que trata de gênero e sexualidade na história da psicologia. O outro vídeo lançado trata da profissão e das relações étnico-raciais. Os dois documentários são uma iniciativa do Grupo de Trabalho (GT) História e Memória da Psicologia em São Paulo.

“Como gênero e raça foram e são retratados na psicologia?”. Para Ilana Mountian, coordenadora do GT e da produção dos vídeos, é essa a abordagem principal de ambos. “Em grande parte da história da psicologia esses temas são invisibilizados ou aparecem de forma a reproduzir desigualdades”, considera, ao lembrar, por exemplo, que a homossexualidade era vista como uma doença e apenas em 1999 uma regra

clara proibiu essa abordagem. “Depois de várias lutas e debates a psicologia começa a rever a sua epistemologia, seu entendimento sobre as relações raciais e de gênero e a promover posicionamentos e práticas de enfrentamento a essas opressões”, descreve.

“A ideia é garantir um registro do que foi feito, recuperar essa memória e, a partir do que está acontecendo agora, produzir uma contextualização desses temas, refletindo sobre a função social das/os psicólogas/os”, avalia Alessandro de Oliveira, integrante do subnúcleo de relações étnico-raciais do CRP-SP.

A história do Brasil – e da psicologia brasileira como parte disso – é marcada por sangue. “Estamos falando de uma integração nacional baseada na violação de mulheres negras pela Casa Grande”, atesta a professora Vera Paiva no vídeo de gênero. “Todo mundo sabe que racismo existe”, constata Maria Lúcia da Silva, psicóloga e integrante do GT Racismo e Saúde Mental do Ministério da Saúde, ao abrir o do-



documentário sobre as relações étnico-raciais: “Mas há uma recusa em pensar o Brasil a partir da sua história, fundada na violência contra negros e indígenas. E a gente sabe que a psicologia, no primeiro momento, faz um alinhamento com as teorias eugenistas”.

### Da reprodução ao enfrentamento

Com cerca de 50 minutos de duração, imagens de arquivos e entrevistas, o documentário sobre gênero e sexualidade faz um apanhado histórico das lutas feministas. O telespectador começa na primeira onda do feminismo (final do século 19 e início do 20), marcada pela luta do direito ao voto, o acesso à escolarização moderna e ao mercado de trabalho e passa à segunda onda do feminismo (a partir de 1960), em que os debates da autonomia do corpo e das liberdades sexuais ganham força, período em que chega a pílula anticoncepcional. Ao recordar a queima de sutiãs nos EUA, ato que se tornou um dos marcos da segunda onda, a psicóloga e coordenadora da Sempre Viva Organização Feminista (SOF) Nalu Faria descreve como, muito mais que lingerie incendiadas, a ação foi “a queima daquilo que aquelas mulheres consideravam símbolo de uma feminilidade opressora a elas”.

A década de 1970 foi de grande fortalecimento do movimento feminista no Brasil, que aglutinava pautas alinhadas com as mobilizações internacionais – como as relacionadas à sexualidade, autonomia, divisão sexual de trabalho, etc – com as lutas pelo fim da ditadura militar, contra a carestia, por creches.

Os temas não eram, no entanto, engolidos tranquilamente pelos companheiros homens, mesmo dentro da esquerda. “Nenhuma das tradições marxistas con-

seguia aceitar que gênero era uma categoria relevante”, observa Vera Paiva. A professora e psicoterapeuta Suely Rolnik analisa como “tudo que é da ordem de uma resistência micropolítica, como está reduzida ao sujeito, permite a confusão entre subjetividade e indivíduo. Então diziam que tudo que parte da subjetividade para construir realidade é individualista. Se é individualista é burguês. E ao criar essa rechaço se reforçava e legitimava justamente o que é próprio da subjetividade burguesa”.

Por que a psicologia se tornou uma categoria com tantas mulheres? A professora Ana Bock destaca que Fulvia Rosenberg (1942-2014) talvez tenha sido a primeira pessoa a refletir sobre isso ao publicar, nos anos 1980, o artigo *Por que somos tantas mulheres?* “Ela aponta como a profissão cabia bem a um específico perfil feminino, não só pelo imaginário social do cuidar que está posto para nós, mas também por uma característica de organização do trabalho nessa profissão que permitia às mulheres a jornada dupla de trabalho”, descreve Bock.

Ainda que a partir de determinado período tenha se tornado majoritariamente uma profissão de mulheres, a psicologia em muito levou adiante o papel que a medicina e a psiquiatria tiveram em patologizar comportamentos não aceitos socialmente. “Muita teoria se construiu aproximando a mulher – principalmente aquela desviante do seu papel de boa moça – da ideia de loucura, insanidade, histeria, uma pessoa não ca-

paz de controlar suas emoções. Da mesma forma em que se aproximou a ideia da homossexualidade a uma patologia”, aponta Ilana.

### “Não queríamos ficar em silêncio”

É também nos anos 1980 que se espalha a epidemia da AIDS, supostamente associada – por meio de uma construção discursiva e impregnada no imaginário social – a uma doença exclusiva de quem tinha orientação sexual homossexual, potencializando ainda mais a discriminação homofóbica. “Quando a gente não esquece a gente não repete”, salienta Vera Paiva, ao recordar de uma votação em 1989 em que a congregação proibiu a pesquisa em AIDS no Instituto de Psicologia da USP. “No final dos anos 1990 é o movimento gay que move a psicologia. E aí? Vocês vão ficar em silêncio?”, relata Bock: “Não queríamos ficar em silêncio”.

Chamado parecido chegou ao Sistema Conselhos referente às demandas dos indígenas e dos movimentos negros.

para garantir a fixidez, a não mobilidade das classes”, sintetiza a psicanalista Lia Novaes. “A branquitude aparece como forma de perceber o mundo. Logo, isso aparece também na ciência psicológica”, aponta a psicóloga e pesquisadora Lia Vainer, que coordenou o vídeo *Psicologia e relações étnico-raciais*. Autora do livro *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo – branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*, Vainer reitera que “o racismo não é simplesmente um legado da escravidão, mas algo legitimado diariamente”.

Em 2002 o CFP aprovou a Resolução 018, que afirma o posicionamento de combate ao racismo enquanto princípio ético da atuação profissional. Dois anos depois aconteceu o primeiro seminário *Subjetividades e Povos Indígenas*, quando constituiu-se um GT em São Paulo para fomentar eventos, debates e diretrizes, em produção conjunta com antropólogos e



“Preconceito racial humilha, humilhação social faz sofrer” foi o lema da primeira campanha de Direitos Humanos do CFP (Conselho Federal de Psicologia) que tratou da questão racial em âmbito nacional, no início dos anos 2000. Idealizada por Marcus Vinicius de Oliveira, então presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, a campanha foi lançada no Fórum Social Mundial, na presença de integrantes de comunidades quilombolas da região e do movimento negro de Porto Alegre.

Desde a abolição da escravatura, “a intelectualidade brasileira se utiliza das teorias raciais europeias

lideranças indígenas. Em 2012, como fruto de ciclos de oficinas realizadas nos anos anteriores, o CRP-SP lançou o livro *Psicologia e povos indígenas*.

“O primeiro passo é visibilizar que essas opressões existem”, opina Ilana. “E que a psicologia considere essas relações, suas intersecções e seus efeitos na subjetividade. O que significa ser mulher no Brasil? O que significa ser travesti? E ser mulher e pobre? Travesti e negra?”, reflete. “Nos processos educacionais, na elaboração de políticas públicas, no acesso a saúde, no reconhecimento das pautas apontadas pelos movimentos sociais”, elenca Alessandro, ao concluir que “há muito o que a psicologia pode contribuir no enfrentamento às desigualdades”.



# Portal da transparência DISPONIBILIZA AS INFORMAÇÕES DO CONSELHO

## Cumprindo a Lei de Acesso à Informação e o compromisso de transparência, CRP-SP publica seus dados e contas em portal

**D**esde junho, qualquer pessoa pode ter acesso às informações sobre o funcionamento da gestão e da administração do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP). Atendendo à Lei de Acesso à Informação (12.527/11), o CRP-SP criou o portal da transparência para aprimorar esse diálogo com a categoria e com o público em geral.

No site <http://www.crsp.org.br/transparencia>, é possível encontrar informações sobre o CRP-SP (sua gestão, o que faz, dúvidas frequentes e horários de atendimento), dados e estatísticas referentes às orientações, fiscalizações, plenárias e processos, bem como informações a respeito das gestões financeiras e de trabalho (planejamento estratégico, atas, licitações, regimentos, despesas, contratações, planos de carreira, remuneração, etc).

Em uma das abas do site é possível também, por meio do e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – fazer a solicitação de alguma informação específica.

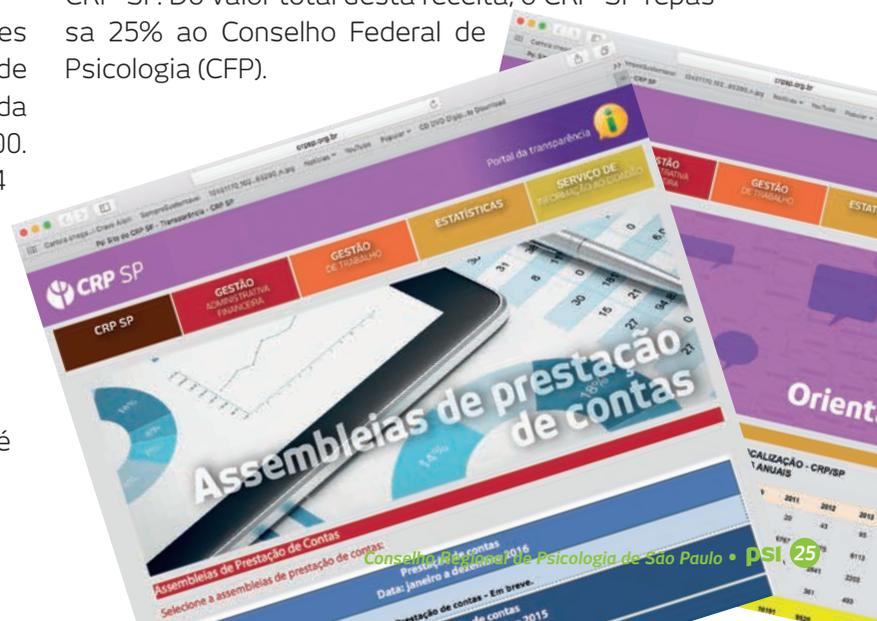
Como parte dos investimentos ao longo destes três anos, foi adquirida a propriedade para a subsede de Sorocaba no valor de R\$598.200,00 e a reforma da subsede do Vale do Paraíba, que custou R\$323.000,00.

De acordo com a prestação de contas, em 2014 a receita operacional líquida arrecadada pelo Conselho foi de R\$19.995.349,00 e as despesas (investimentos, material de consumo, assessorias, ajudas de custo, hospedagem e transporte, apoio funcional e ações políticas) foram no valor de R\$17.646.935,00. Em 2015 a receita foi de R\$22.404.579,00 e os gastos, R\$21.862.021,00. Até

julho de 2016, da receita de R\$20.528.757,00, as despesas foram de R\$14.981.036,00.

Ainda há uma verba disponibilizada, com aprovação em assembleias orçamentárias, de R\$ 14.442.580 para a aquisição de um novo imóvel para Sede e para a subsede de Campinas, bem como a reforma das subsedes de Assis e Baixada Santista.

A assembleia orçamentária de 22 de julho (cuja ata você pode ver em <http://goo.gl/ML5NpN>), definiu que para 2017 a correção da anuidade, calculada pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) no período dos últimos 12 meses, será de 9,49%, conforme Lei 12.514 de 28/10/11 e Resolução CFP n.º 006/2016. A receita da anuidade é utilizada para a gestão de pessoal, investimentos necessários, manutenção da sede e das nove subsedes do Conselho, o que garante à categoria e sociedade a prestação dos serviços de atendimento, orientação, fiscalização e o desenvolvimento de todas as ações políticas do CRP-SP. Do valor total desta receita, o CRP-SP repassa 25% ao Conselho Federal de Psicologia (CFP).



# VOZ e OPINIÃO

Com a presença em instâncias de participação social, mobilizações, eventos e notas públicas, a categoria toma posição sobre temas latentes da sociedade

**S**e tem algo que não pode ser dito a respeito do contexto brasileiro dos últimos tempos é que ele esteja monótono. Nos últimos três anos o país esteve em ebulição. Mobilizações de junho de 2013, Copa do Mundo, 7 x 1 da Alemanha, impeachment, centenas de milhares de pessoas nas ruas polarizadas entre camisas vermelhas e amarelas, prisões dos presidentes das maiores empreiteiras atuantes no país, risco de que se reduza a maioria penal, estupros coletivos e mobilizações feministas, luta dos secundaristas, Olimpíadas – só para citar algumas coisas.

A presença em instâncias relacionadas a políticas públicas, debates e eventos, a participação em mobilizações e os posicionamentos públicos do CRP-SP sintetizam alguns dos principais temas da sociedade sobre os quais o Conselho se posicionou.

Para Guilherme Luz Fenerich, conselheiro do CRP-SP, ao tomar posição a respeito de temas latentes na sociedade “não estamos só dizendo que a psicologia se interessa e está envolvida nestes assuntos, estamos dizendo que há uma psicologia que, em contato com estes temas, quer e pretende refletir sobre eles diretamente, sobre uma sociedade organizada por sujeitos e coletividades que se relacionam de diferentes formas com fenômenos marcados por

escolhas, conflitos sociais, relações de interesse e poder”. Para ele, se posicionar a respeito de certos temas a partir do Conselho “significa, antes de tudo, se posicionar sobre a psicologia enquanto um tema da sociedade marcado também por contradições”.

## Racismo institucional

Um dos carros chefes das ações do Conselho foi, de acordo com Adriana Eiko, o enfrentamento ao racismo institucional, “principalmente à forma mais cruel e perversa que se escancara nos jornais: o genocídio da juventude negra”.

De acordo com Relatório do Conselho de Direitos Humanos da ONU, publicado em março de 2016, dos 56 mil homicídios registrados no Brasil a cada ano, 23 mil têm como vítimas negros de 15 a 29 anos. No estado de São Paulo as mortes da população negra em ações policiais são três vezes mais numerosas do que as da população branca. No Rio de Janeiro, cerca de 80% das pessoas assassinadas pela polícia são negras. Desde 2006, quando a nova lei de criminalização das drogas endureceu a pena para tráfico (mantendo a falta de critério para diferenciar usuário de traficante), o número de pessoas presas por questões relacionadas a drogas aumentou 344%.



“Não é por meio do exercício profissional em si, somente, que venceremos o racismo institucional. Mas há sim algo que diz respeito à prática profissional da psicologia, no sentido de compreender como se constitui subjetividade, como se constroem ideologias, como que elas são reproduzidas, como o processo de humilhação social por meio da discriminação produz sofrimento psíquico”, avalia Adriana.

A temática da violência de Estado foi a mais presente nos

posicionamentos públicos da gestão 2013-2016 do CRP-SP. Repúdio à abordagem da Polícia Militar (PM) que matou a jovem Luana Barbosa em Ribeirão Preto, à manifestação de apologia a tortura do deputado Jair Bolsonaro, ao PL 4500/01 que trata de exame criminológico e suspende visitas no sistema prisional, à privatização do sistema carcerário, à chacina ocorrida em Osasco e região e a afirmação de uma psicologia em defesa da democracia e do estado de direito foram assuntos de algumas das notas publicadas.

Fenerich acredita que existe uma diferenciação entre temas sobre os quais o CRP-SP se manifesta diretamente por meio de notas e outros posicionamentos que são apresentados por meio da promoção de encontros com a categoria e a sociedade. “Apesar de serem meios diferentes, entendo que todos eles marcam posicionamentos deste Conselho. A Campanha dos 25 anos do ECA, por exemplo, foi atravessada por diferentes pautas do campo da militância da infância e juventude, incluindo a maioria penal”, destaca. “Além disso, foram realizadas diversas discussões, como os Seminários de Políticas Públicas, em que conversamos sobre questões como a água e a mobilidade urbana”, relembra.

Além das notas referentes à violência estatal, temas como as condições de trabalho das/os psicólogas/os (piso salarial), o combate ao machismo e à homofobia (repúdio à cultura do estupro, apoio à Parada Gaúcha do Orgulho Louco), o apoio à luta dos estudantes secundaristas e à luta antimanicomial (defesa da Reforma Psiquiátrica, repúdio à nomeação de Valencius Wurch para a pasta de Coordenação de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde) estiveram presentes em posicionamentos públicos do Conselho.

A guerra às drogas também foi tema de atividades ao longo desse triênio. “Debatemos com bastante ênfase a expressão dessa guerra na interface daquilo que é muito caro para nós da psicologia, que é o cuidado e acolhimento de pessoas que fazem uso abusivo de drogas em liberdade. Não é aceitável o cerceamento de direitos desses sujeitos, que é o que vem acontecendo, por exemplo, nas chamadas comunidades terapêuticas”, destaca Adriana.

CRP-SP marca presença em ato da ULAPSI pela democracia em Buenos Aires, na 16ª Feira LGBT e em manifestação da luta antimanicomial





Manifestação resiste contra a construção de outra rodovia entre São Paulo e a Baixada Santista



## Psicologia não é um campo apartado da sociedade

A prática profissional é marcada por esses determinantes sociais. Não existem psicólogas/os numa sociedade neutra, mas numa sociedade fortemente homofóbica, machista, racista, etc. Nessa linha de raciocínio, Fenerich usa o exemplo da mobilização dos estudantes secundaristas. “É uma luta que diz como a juventude quer ‘ser formada’, estamos falando aí da construção de sujeitos, de subjetividades. Vemos muito fortemente a discussão da escola sem partido, mas é impossível não ‘tomar partido’, é negar os sujeitos, é negar as complexas relações da sociedade”, opina.

O debate de gênero, presente em notas e eventos, também não poderia ter sido deixado de lado nas discussões de uma categoria que, de acordo com o Cadastro do Conselho Federal de Psicologia de 2012, é formada por 89% de mulheres. “Somos mulheres psicólogas que precisamos nos colocar nas nossas atuações profissionais tendo a evidência de que lugar histórico é esse que estamos, para que possamos enfrentar situações de violência sexista no próprio exercício da profissão”, defende Adriana Eiko. “São questões constitutivas daquilo que somos e se não lidamos com isso num campo mais amplo da luta social, corremos o risco de reproduzirmos uma psicologia que sirva de sustentáculo da manutenção dessas violências”, sintetiza.

Além da presença em 24 audiências públicas, o Conselho teve representação em 40 instâncias de controle e participação social, como o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONED), o Fórum

Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (CMDCA), a Comissão da Verdade da APSP, o Comitê Estadual de Combate à Tortura, o Fórum Estadual de Educação, o Conselho Municipal de Saúde e o Comitê de Combate à Homofobia.

O 9º Congresso Regional de Psicologia de São Paulo (COREP) aprovou 11 moções, defendendo, entre outros temas, a legalização das drogas e o combate ao genocídio da população jovem, negra, pobre e periférica.

“Somos mulheres psicólogas e precisamos saber que lugar histórico é esse que estamos para **enfrentar a violência sexista na própria profissão**”

Adriana Matsumoto

## Para onde queremos caminhar?

“Falar em divergências políticas é algo salutar numa sociedade que se pretende democrática”, avalia Adriana Eiko, ao ser perguntada a respeito da tomada de posição frente a heterogeneidade da categoria. “No entanto, aquilo que aparece como diferença de opinião nunca poderá suplantar direitos que foram arduamente conquistados. Existem princípios fundamentais, como a garantia de uma vida digna, que são inegociáveis”, complementa.

Para Eiko, o que está em jogo é para onde se quer caminhar. “Que subjetividades são essas que queremos contribuir para que se constituam com a nossa intervenção psicológica? São subjetividades que vão se constituir a partir de elementos cada vez mais autoritários, postos a partir de características fascistas que neguem a diversidade? Ou quero contribuir para a constituição de sujeitos cujas subjetividades sejam cada vez mais libertárias, acolhedoras, sujeitos que possam repensar-se e também repensar o mundo?”, questiona. E logo comenta: “Me parece uma decisão simples de ser tomada”.

## CADERNOS TEMÁTICOS

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo inclui, entre as ações permanentes da gestão, a publicação da série Cadernos Temáticos do CRP-SP, visando registrar e divulgar os debates realizados em diversos campos de atuação da psicologia. Durante a gestão do XIV Plenário (2013-2016) foram publicados oito novos cadernos temáticos, todos disponíveis no site do Conselho (<http://www.crp.org/site/cadernos-tematicos.php>). Confira os temas abordados nos cadernos mais recentes.

### Contra o Genocídio da População Negra: Subsídios Técnicos e Teóricos para Psicologia

O papel da psicologia no enfrentamento ao racismo, ao genocídio e à violência de Estado. Com o intuito de qualificar esse debate surge esse caderno temático.

### Centros de Convivência e Cooperativa

Cuidado em liberdade, autonomia, inclusão social e protagonismo dos usuários são alguns dos princípios que pautam a criação dos Centros de Convivência. O que são eles na prática e que lugar de fato têm ocupado na rede substitutiva são as questões condutoras do conteúdo dessa publicação.

### Psicologia e Segurança Pública

O que queremos de uma política pública de segurança? Quais os desafios propostos para a atuação da psicologia nesse campo? Como faremos essa atuação? Essas são algumas perguntas sobre as quais se debruça essa publicação.

### Psicologia na Assistência Social e o enfrentamento da desigualdade social

A implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) completou uma década em 2015. Esse caderno temático cumpre o objetivo de, nesse marco, refletir sobre as contribuições e os desafios concretos da psicologia dentro das políticas e serviços de assistência social no Brasil.

### Psicologia do Esporte: Contribuições para a atuação profissional

Esse caderno pretende contribuir na reflexão sobre o papel da psicologia na construção de um sistema esportivo nacional que preze pelo bem-estar e pelo desenvolvimento humano, reconhecendo a prática esportiva como um direito.

### Psicologia e Educação: desafios da inclusão

As poucas referências técnicas para a atuação das/os psicólogas/os no campo da educação combinadas com a relevância de debater o tema da inclusão educacional levou o CRP-SP a fazer ciclos de debates e registrá-los nesse caderno.

### Psicologia Organizacional e do Trabalho

O diálogo em intervenções com as expressões da vida no trabalho é característica da Psicologia Organizacional e do Trabalho. A publicação traz reflexões sobre os desafios desse campo de atuação.

### Psicologia em emergências e desastres

Pessoas e comunidades em situação de risco ou vítimas de desastres têm cada vez mais sido foco do cuidado da psicologia.



## OUTRAS PUBLICAÇÕES

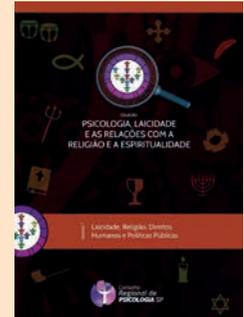
### Caderno de debates – Visitas institucionais à Fundação Casa São Paulo

A partir de idas e entrevistas feitas em unidades da Fundação Casa em São Paulo entre 2015 e 2016 nasce essa publicação de 72 páginas, com o objetivo de compartilhar o que foi observado, além de produzir e divulgar a atuação psi no sistema socioeducativo, na direção de promover um debate crítico e uma reflexão pública a respeito dessa realidade.



### Psicologia, laicidade e relações com a religião e a espiritualidade

Essa publicação deriva de uma série de encontros possibilitados entre diferentes saberes, angústias e utopias que se unem no compromisso de uma psicologia que tem como horizonte ético-político o Estado laico, no reconhecimento e respeito às diversas expressões e experiências de religiosidade.



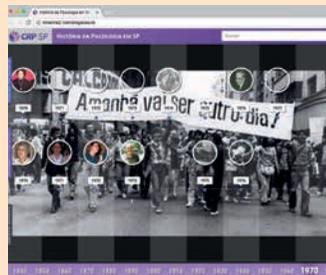
### 35 anos de comunicação e desafios



No ano em que o jornal do CRP-SP (esse mesmo que você está segurando nas mãos) completa 35 anos, o Conselho

publica esse catálogo para a categoria. O catálogo sintetiza fragmentos das discussões, pautas, projetos, produções de referência do CRP-SP nessas três décadas e meia. Em suma, um precioso registro sobre o papel do CRP-SP na história da profissão no estado de São Paulo.

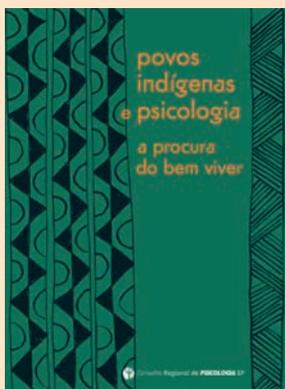
### História e Memória



Além de dois filmes – *História da Psicologia e as Relações de Gênero e Sexualidade* e *História da Psicologia e as Relações Étnico Raciais* [ver mais na pág. 22] – o CRP-SP entrega a nova linha do tempo que articula

contexto histórico, ideias e práticas psicológicas e conta com a participação da categoria para atualização permanente.

### Povos indígenas e psicologia – a procura do bem viver

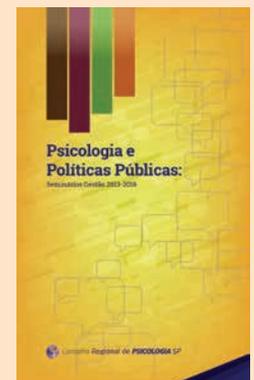


O livro parte do reconhecimento de que uma psicologia crítica e comprometida com a justiça social precisa tomar como questão a condição das populações indígenas no Brasil – um país que tem seu processo colonizador fundado no extermínio dos povos originários. Passados seis anos da publicação do primeiro livro com essa

temática, o CRP-SP oferece nova publicação com os avanços resultantes dos desdobramentos que ele permitiu.

### Psicologia e políticas públicas

O que temos a dizer sobre as políticas públicas, que tão diretamente impactam a população que atendemos? Quais seus desdobramentos do ponto de vista da subjetividade? E como a psicologia contribui para o enfrentamento dessas questões? Esse livro sintetiza essas questões cruciais abordadas nos três ciclos dos Seminários de Psicologia e Políticas Públicas realizadas pelo CRP-SP ao longo dessa gestão.





Conselho  
Regional de  
**PSICOLOGIA SP**

